

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 57.714 - RN (2018/0132450-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : FRANCISCO DE PAULA PAIVA
ADVOGADOS : FERNANDA CRISTINA COSME DE SÁ LEITÃO SOARES -
RN005737
TIAGO ALVES DA SILVA E OUTRO(S) - RN011971
RECORRIDO : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR : MARICÉU MARINHO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RN000986

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, assim ementado (fls. 98):

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINOU A EXPEDIÇÃO DA CARTA DE ARREMATACÃO. ALEGAÇÃO PELO EXECUTADO, ORA IMPETRANTE, DÊ VÍCIOS NO PROCEDIMENTO DE ALIENAÇÃO DO BEM IMÓVEL. PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA SUSCITADA PELO RELATOR. ACOLHIMENTO. MANEJO CABÍVEL PARA ATACAR O DECISUM SÃO OS EMBARGOS À ARREMATACÃO. ART. 746 DO CPC/73. MANDAMUS UTILIZADO COMO SUCEDÂNEO DE IMPUGNAÇÃO PRÓPRIA. NÃO CABIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 267/STF. PRECEDENTES. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

1. O mandado de segurança é remédio cabível contra decisão judicial para situações excepcionais, a fim de amparar direito líquido e certo que esteja lastreado em prova pré -constituída e desde que não haja outro instrumento capaz de produzir o mesmo efeito prático.

2. A impetração, no caso, é manifestamente incabível, porque fora indevidamente manejada como sucedâneo de embargos à arrematação, o que faz atrair o óbice contido na Súmula 267/STF.

3. Precedentes do STJ (AgRg no RMS 44.861/PA, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, j. 20/03/2014, DJe 28/03/2014; AgRg no RMS 34.446/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, j. 17/05/2012, DJe 22/05/2012) e desta Corte (Apelação Cível n. 2015.007957-5, Relator Desembargador Vivaldo

Pinheiro, j. 9/5/2017; Agravo de Instrumento com Suspensividade n. 2016.007941-3, Juiz Convocado Jarbas Bezerra, j. 22/9/2016) 4. Denegação da segurança.

O recorrente sustenta que a decisão impugnada, ao desconsiderar a alegada nulidade da arrematação por vício de intimação e dado o preço vil, afrontou direito líquido e certo.

O Ministério Público Federal pronunciou-se pelo não provimento do recurso.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Como sabido, o mandado de segurança é o remédio constitucional adequado para resguardar a existência de direito líquido e certo, quando não amparados por habeas corpus ou habeas data, nos termos do art. 5º, LXIX, da Constituição Federal, não sendo a ferramenta adequada para impugnar eventual equívoco ou injustiça de decisão judicial, a qual possui sistemática própria de correção no ordenamento jurídico pátrio, ainda que diferida, não podendo ser utilizado indiscriminadamente como sucedâneo de recurso.

Destaco, nesse contexto, que o Código de Processo Civil 2015 não alterou a excepcionalidade do uso do mandamus para atacar decisão judicial, cujo manejo somente se mostra viável nos casos de manifesta ilegalidade ou teratologia, o que não visualizo nas hipóteses dos autos.

Aplica-se ao caso a Súmula 267 do STF:

“Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correção.”

Sendo passível de recurso/correção, por ocasião da apelação ou contrarrazões, e não havendo teratologia, não pode ser a decisão impugnada via mandado de segurança.

Confiram abaixo os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO CIVIL. REINTEGRAÇÃO DE

POSSE. DECISÃO JUDICIAL RECORRÍVEL. INEXISTÊNCIA DE ATO TERATOLÓGICO. INVIABILIDADE DA VIA ELEITA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 267 E 268 DO STF.

1. Consoante jurisprudência pacífica desta Corte Superior, o mandado de segurança não pode ser utilizado como sucedâneo de recurso próprio, mormente quando não comprovados o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação e a teratologia da decisão impugnada. Aplicação do art. 5º, II, da Lei 1.533/51 e da Súmula 267 do STF.

2. "Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado" (Súmula 268 do STF).

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg. nos EDcl. no RMS 28.757/DF, Relator Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 13/4/2010, DJe 28/4/2010)

ADMINISTRATIVO - IMÓVEL FUNCIONAL - REINTEGRAÇÃO DE POSSE - MANDADO DE SEGURANÇA - NÃO-CABIMENTO DO RECURSO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 267/STJ.

1. Encontra-se amputado o interesse adequação, de vez que a decisão que determinou a reintegração de posse deveria ser fustigada com recurso de agravo de instrumento, não mandado de segurança.

2. Incidência da Súmula 267/STF, verbis: "Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição." Recurso ordinário não-conhecido.

(RMS 16.282/DF, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/10/2006, DJ 20/10/2006, p. 324) (grifou-se)

ADMINISTRATIVO, CIVIL E PROCESSUAL - SERVIDOR PUBLICO - OCUPAÇÃO DE PRÓPRIO NACIONAL RESIDENCIAL - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - DESPACHO CONCESSIVO DE LIMINAR - MANDADO DE SEGURANÇA E RECURSO ORDINARIO - APLICAÇÃO DA SUM. 267 DO STF.

1. DESPACHO CONCESSIVO DE LIMINAR DEVE SER ATACADO POR MEIO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO.

2. A VIA DO MANDADO DE SEGURANÇA NÃO É CABIVEL CONTRA ATO JUDICIAL PASSIVEL DE RECURSO OU CORREIÇÃO. (SUM. 267 DO STF).

3. RECURSO NÃO CONHECIDO.

(RMS 5.819/DF, Rel. Ministro ANSELMO SANTIAGO, SEXTA
TURMA, julgado em 1/7/1997, DJ 25/8/1997, p. 39404)

Em face do exposto, acompanho o parecer do Ministério Público Federal e
nego provimento ao recurso ordinário.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

